

“Matou tantos bandidos
quantos fios tem no grosso
bigode”: a controversa
trajetória do Coronel Pedro
Ferreira dos Santos

“He killed as many criminals
as there are hairs in his thick
mustache”: the controversial
trajectory of Colonel Pedro
Ferreira dos Santos

“Mató a tantos criminales
como pelos tiene su
espeso bigote”: la polémica
trayectoria del Coronel Pedro
Ferreira dos Santos

Arnaldo José Zangelmi¹

Resumo: O principal objetivo deste artigo foi investigar alguns aspectos da trajetória de Pedro Ferreira dos Santos, em especial sua carreira como policial, suas relações com atores políticos e econômicos, sua ascensão à condição de liderança dos latifundiários do Vale do Rio Doce e suas ações em relação a luta pela terra nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Para tanto, foram analisados jornais da época, documentos produzidos pelas forças policiais e um livro sobre sua trajetória na Polícia Militar. Dessa forma, buscou-se compreender melhor como esse policial se tornou uma lenda e questionar seus possíveis significados.

Palavras-chave: Pedro Ferreira dos Santos; trajetória; luta pela terra; Polícia Militar; Minas Gerais.

Abstract: The main objective of this article was to investigate some aspects of Pedro Ferreira dos Santos' trajectory, in particular his career as a police officer, his relationships with political and economic actors, his rise to leadership status among landowners in the Rio Doce Valley and his actions in relation to the struggle for land in the 1950s, 1960s and 1970s. To do so, we analyzed newspapers of the time, documents produced by the police forces and a book about his career in the Military Police. In this way, we intend to better understand how this police officer became a legend and question his possible meanings.

Keywords: Pedro Ferreira dos Santos; trajectory; fight for land; Military Police; Minas Gerais.

Herói e vilão

Até meados do século XX, o Vale do Rio Doce foi uma fronteira aberta, marcada pela disponibilidade de terras devolutas², que atraía esperanças diversas, atinentes à posse de terra, à exploração de recursos naturais, às possibilidades de ascensão econômica, estabelecimento familiar e comunitário, dentre outras. No entanto, conforme a terra e seus recursos foram se tornando mais escassos, assim como se tornaram alvos de grandes investimentos de capital (mineração e siderurgia, principalmente) e projetos estatais modernizadores, as oportunidades foram se fechando e as tensões crescendo.

Nesse processo, “as múltiplas forças (estadual, nacional e internacional), operando sobre a dinâmica da fronteira, produziram mudanças estruturais, ao substituir a agricultura familiar pela fazenda, o regime da posse pela propriedade privada da terra e o posseiro pelo trabalhador rural” (Espindola, 2015, p. 194). Os conflitos pela terra se multiplicaram e intensificaram, na medida em que a população inicialmente estabelecida e seus descendentes, em sua maioria agricultores pobres, foram sendo expulsos das terras, deslocados para centros urbanos e para o trabalho nos novos empreendimentos.

Nessa fronteira, cujas relações de poder ainda não estavam bem cristalizadas, também tiveram lugar intensas disputas entre elites locais e regionais, atreladas em facções que utilizavam a violência como recurso habitual e legitimado, diante de uma ordem pública ainda muito pouco estabelecida. Assim, a criminalidade tinha destaque como um problema premente, que afligia amplos setores da população, sendo um grande desafio para os agentes de segurança pública. Enfrentar esse desafio era, sem dúvida, um grande risco, mas também um espaço aberto para significativas oportunidades de poder.

Foi nesse cenário instável que ganhou projeção o policial cuja trajetória buscou-se compreender. Ao nos debruçarmos sobre essa parte da história de Minas Gerais, especialmente no que se refere às disputas por terras nas décadas de 1950, 1960 e 1970, volta e meia nos deparamos com histórias e memórias a respeito do lendário Pedro Ferreira dos Santos. Seu nome, quase sempre

acompanhado pelas patentes e funções que ocupou na Polícia Militar (Capitão Pedro, Delegado Pedro, Coronel Pedro etc.), causava admiração em alguns e aversão em outros.

Muitas vezes lembrado como herói, outras como vilão, seus feitos e lendas extrapolaram os vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, chegando aos ouvidos da alta política e da imprensa nacional. Jornais de grande circulação noticiaram o homem de “corpo fechado”, que “já matou tantos bandidos quantos fios tem no grosso bigode”(Coronel [...], 1966. p. 14) e que seria “respeitado na região mais que o Governador do Estado”. Diziam que “o Cel. Pedro Ferreira é tido como figura lendária na região, pois é apontado como o homem que acabou com o banditismo em todo o Vale do Rio Doce” (Lacerda [...] 1968, p. 3), usando para isso “métodos pouco ortodoxos” (Rubelitas [...], 1978, p. 29).

Porém, outros jornais, de menor repercussão, o caracterizaram como um policial sanguinário, algoz dos pobres, aliado dos ricos e poderosos. Essa perspectiva se referiu, principalmente, às suas ações em conflitos por terras e disputas políticas regionais. Para seus acusadores, se tratava do “facinoroso Capitão Pedro”, que tinha uma “mentalidade de jagunço” (Posseiros [...], 1956, p. 6)⁵, que perseguia posseiros e adversários políticos, assim como se “notabilizou na região pelo enriquecimento rápido e pelas soluções violentas” (Grito [...], 1964, p. 3).

Apesar dessas controvérsias, a sua imagem positiva prevaleceu ao longo do tempo, sendo alimentada nos principais espaços de poder, o que lhe rendeu grande influência e inúmeras homenagens, como a Medalha do Mérito Policial, conferida em 1960 pelo Presidente da República. Dentre tantas outras deferências, mesmo muitos anos após seu falecimento, destaca-se também a Lei Municipal 7.051/2019, que o nomeou patrono da segurança pública de Governador Valadares.

O principal objetivo deste artigo foi investigar alguns aspectos da trajetória de Pedro Ferreira dos Santos, em especial sua carreira como policial, suas relações com atores políticos e econômicos, sua ascensão à condição de liderança dos

latifundiários do Vale do Rio Doce e suas ações em relação a luta pela terra nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Dessa forma, buscou-se compreender melhor como esse policial se tornou uma lenda e questionar seus possíveis significados.

Para tanto, foram analisadas diversas fontes, em especial os documentos disponíveis no Arquivo Nacional (AN), no Arquivo Público Mineiro (APM) e na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), assim como o livro *Um certo delegado de capturas: o romance de um mito-herói*, de autoria do Cel. Klinger Sobreira de Almeida, e o documentário *Na lei ou na marra: um combate antes do golpe*, da TV Assembleia.

As fontes encontradas no AN e do APM, especialmente os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), trouxeram importantes informações sobre a dimensão política de algumas ações policiais em que Pedro Ferreira esteve envolvido. Nesses processos, produzidos pela própria polícia, foi possível encontrar importantes documentos e detalhes de algumas investigações que não foram publicados na época.

Já os jornais da HDB, alguns de grande relevância nacional naquele período, permitiram perceber a repercussão dos casos tratados, os atores envolvidos e as diferentes perspectivas em disputa. Assim, buscou-se contrastar matérias de diferentes tendências político-ideológicas (conservadores, liberais, comunistas etc.) e que, em alguma medida, não estavam completamente imersas nas disputas políticas regionais, ou seja, cujas apurações poderiam não ser diretamente afetadas pelos interesses e disputas em torno do Cel. Pedro Ferreira.

O livro de Almeida (2009)⁴ trouxe importantes referenciais factuais, permitindo que fosse traçada uma cronologia e identificados atores e acontecimentos relevantes na trajetória do Cel. Pedro, assim como ajudou a compreender melhor as perspectivas de amigos, colegas e familiares sobre suas ações. Baseado em depoimentos e na consulta de documentos da polícia, da família e jornais da época, a obra narra detalhadamente sua vida, em especial sua atuação como policial entre as décadas de 1930 e 1970. O Cel. Klinger foi

comandado pelo Delegado Pedro entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 e se tornaram amigos nesse período. Em tom de homenagem, a obra foi produzida em atendimento ao antigo pedido do próprio Cel. Pedro e, após seu falecimento, aos pedidos de sua família.

Como recurso metodológico, foram utilizadas algumas ferramentas da micro-história (Ginzburg, 1989; Levi, 1992; Revel, 2000), tais como a redução da escala de observação, a investigação indutiva e a análise densa faz fontes. Buscou-se, dessa forma, desvendar as relações de *interdependência* entre os poderes dos diversos atores em cada *figuração* ao longo do tempo (Elias, 2001; Elias; Scotson, 2000), assim como compreender os caminhos trilados por Pedro Ferreira dos Santos nesses processos.

No rastro da trajetória

Pedro Ferreira dos Santos nasceu no dia 24 de dezembro de 1914, em Brazópolis, Minas Gerais, porém viveu a maior parte da infância e da adolescência em Uberaba, município localizado no Triângulo Mineiro. Sua família era formada por pessoas negras e pobres, provavelmente descendentes de baianos que migraram para a região em busca de melhores condições de vida e trabalho. Foi o sétimo filho do casal Laudelina Ferreira dos Santos e João Francisco dos Santos. Teve quatro irmãos e três irmãs. Naquela época, seu pai era Soldado de Polícia do 4º Batalhão de Caçadores Mineiros e seus quatro irmãos ingressaram na Polícia seguindo os passos do pai.

Em Uberaba, Pedro foi escoteiro aos 10 anos, engraxate aos 12 anos e balconista das Casas Pernambucanas aos 14 anos. Com a promoção do pai a 3º Sargento e comandante de destacamento policial, mudaram-se para Guaxupé, no Sul de Minas.

Aos 15 anos, em meio aos combates de 1930 entre mineiros e paulistas nas regiões de Guaxupé e Alfenas, Pedro teria se apropriado da farda e da arma deixadas por um soldado desertor, juntando-se aos combatentes mineiros como voluntário. Mesmo muito jovem, ele teria se destacado em diversas batalhas e,

por isso, sido efetivado como soldado por “decisão revolucionária” do Tenente Retore, que comandava as ações na região. Com a vitória, “o menino-soldado, exibido no alto de uma viatura, fora envolvido em uma bandeira nacional e saudado como o mais novo combatente brasileiro, o herói e o bravo dos campos de batalha” (Almeida, 2009, p. 83).

Foram encontradas poucas fontes da época (A revolução [...], 1930) sobre os combates naquela região e não foi possível identificar a atuação específica de Pedro. As notícias encontradas deram destaque somente aos oficiais de alta patente. Pedro foi oficialmente incorporado à Polícia Militar em 03/10/1930 e promovido ao posto de anspeçada em 18/11/1930.

De volta a Uberaba, ingressou na escola de recrutas do 4º Batalhão de Caçadores Mineiros (BCM) e em 1932, nos enfrentamentos armados entre mineiros e paulistas, foi designado para comandar um grupo de combate no município de Sacramento. Pelos feitos em batalha contra os paulistas, foi promovido a cabo e, em seguida, a 3º sargento, assim como lhe foi destinado o comando de uma fração da Cia. de fuzileiros. Atravessando o Rio Grande, que forma parte da divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, participou nas incursões em território paulista, nas cidades de União Paulista, Igarapava, Ribeirão Preto e Sertãozinho (Almeida, 2009).

Em 1934 foi estudar na Escola de Educação Física do Exército Nacional, no Rio de Janeiro, formando-se Sargento Monitor em Educação Física em 1935. Nesse mesmo ano foi criado, em Belo Horizonte, o Departamento de Instrução da Força Pública de Minas Gerais, futura Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, onde Pedro assumiu a função de professor de Educação Física em 1935. Entre 1936 e 1938 formou-se Aspirante no Curso de Formação de Oficiais (CFO), um salto em sua carreira, quando também foi promovido a 2º sargento. Pedro casou-se em 1937 com Adalgisa Ferreira Aguiar, com quem teve quatro filhas e um filho.

Em 1943 foi designado para comandar o Contingente Policial de Teófilo Otoni, onde, no mesmo ano, travou uma marcante disputa com um oficial do

Exército, o tenente-coronel Hauscar Matogrossense Rocha, comandante do 12º Batalhão de Caçadores. O conflito ocorreu após Nagib Jorge Najar, policial sob comando de Pedro, ter sido preso por soldados do Batalhão e o Comandante ter se recusado libertá-lo. O Aspirante Pedro, exigindo a soltura de Nagib, ameaçou invadir o Batalhão e libertá-lo à força, causando grande apreensão na cidade diante da iminência de um combate de grandes proporções entre forças policiais e do Exército (Almeida, 2009, p. 169). Por fim, depois do envolvimento de diversas autoridades, os ânimos foram amainados, o conflito direto evitado e a carreira de Pedro tomou novos rumos, sendo designado como Delegado de Polícia de Itambacuri.

Nessa região, o Delegado Pedro foi reconhecido pelo “desmantelamento da estrutura do crime” (Almeida, 2009, p. 213), elucidando homicídios, prendendo arruaceiros, ladrões e pistoleiros temidos, atuação que chamava atenção da imprensa estadual, como numa matéria no *O Estado de Minas* de 07/01/1944, em que consta que esse:

[...] município, devido à sua situação geográfica e distância dos grandes centros, tornou-se um campo propício ao crime. Alguns desses crimes ficarão para sempre envoltos em profundo mistério. Entretanto, de pouco tempo para cá, essa zona vem sendo submetida a severo policiamento, com fim de limpá-la de criminosos e recolhê-los à prisão. /Essa benéfica campanha vem se realizando sob a direção do delegado especial, tenente Pedro Ferreira dos Santos (Almeida, 2009, p. 201).

Segundo Almeida (2009, p. 213, 222), o Delegado Pedro também trouxe a marca de uma “polícia que velava pelos posseiros laboriosos contra os grileiros” que estavam “a expulsar com jagunços os posseiros ou seus descendentes que haviam desmatado, plantado e trazido o gado”. Essas passagens chamaram a atenção, pois destoam de outras perspectivas que serão discutidas a seguir, pois questionam suas atuações em conflitos envolvendo posseiros e grileiros⁵.

Foi nesse período também que, “o Cap. Pedro, ainda tenente, com sua ação desbravadora e tendo algumas economias, tornou-se proprietário rural no seio

da pujante mata atlântica que cobria o município de Itambacuri” (Almeida, 2009, p. 336). Mais adiante serão realizadas algumas reflexões sobre sua condição de proprietário rural e as possíveis implicações disso para sua atuação policial.

Apesar das dúvidas sobre sua relação com a propriedade da terra e com os trabalhadores que nela viviam, um outro aspecto relacionado a essa questão parece bastante claro: Pedro Ferreira, ao longo de sua trajetória, combateu intensamente indivíduos e grupos identificados como comunistas, pois “concluía que o comunismo era uma ilusão, mas uma ilusão muito perigosa, pois poderia levar o homem, fanatizado pela ideologia, à prática de desvarios. Manteve-se, por toda a vida, nessa linha de rejeição ao comunismo” (Almeida, 2009, p. 275).

Desde a década de 1930, o anticomunismo vinha sendo arraigado na sociedade brasileira, intensificando-se durante a Guerra Fria, quando as principais potências buscaram estabelecer zonas de influência, delimitando uma forte oposição entre os blocos capitalista e socialista. Nesse cenário, os EUA buscaram evitar a todo custo o avanço do comunismo, valendo-se de seu poder (econômico, político, ideológico) para apoiar grupos dispostos a combater o “perigo vermelho” em diversas regiões do planeta, dentre elas o Brasil. Assim, “a ofensiva político-ideológica dos norte-americanos tendeu a concentrar-se, então, nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores” (Motta, 2000, p. 19).

Seja como um recurso racionalmente instrumentalizado pelos grupos dominantes para manter seus privilégios, seja como um temor real que afligia diversos segmentos da nossa sociedade, o anticomunismo inegavelmente se constituiu como uma força bastante significativa nesse período, que pautava a atuação dos grupos conservadores, especialmente a “defesa da Pátria” pelas forças de segurança no Brasil.

Essa aversão ao comunismo encontrou terreno bastante fértil em meados da década de 1940, momento em que o Partido Comunista (PCB) crescia,

ganhava projeção e intensificava suas ações sobre a questão agrária (Medeiros, 2007). Assim, o latifúndio era visto pelos comunistas como empecilho para o desenvolvimento da sociedade, assim como o campesinato incorporado como aliado do operariado urbano no processo revolucionário. Dessa forma, o PCB passou a direcionar suas mobilizações também para conflitos por terras em diversas regiões, apoiando as lutas de trabalhadores rurais, especialmente de posseiros, na defesa de seus direitos à terra, o que incomodou os defensores do *status quo*, dentre eles os latifundiários, as forças de segurança e setores médios urbanos.

Pedro foi promovido a primeiro tenente em 10 de outubro de 1948 e, em 1950, foi designado como Delegado de Governador Valadares, município marcado pela criminalidade crescente e violentas disputas entre facções políticas locais. A região leste de Minas Gerais ocupava um papel estratégico para a segurança pública naquele período, pois eram terras de fronteira, pouco estabelecidas, com grande dificuldade para a imposição da ordem pública. Um exemplo da relevância desses problemas foi a transferência do 6º Batalhão da Polícia Militar (na época 6º Batalhão de Infantaria) de Belo Horizonte para Governador Valadares, em 1952.

Nesse cenário, a Delegacia de Governador Valadares também ocupava papel central, contando com forte apoio do governo do estado e poderes ampliados. Em 1951, o delegado Pedro foi promovido a capitão, posto pelo qual ficou mais conhecido na época, sendo o “famigerado Capitão Pedro Ferreira” citado em diversos jornais consultados. Sua atuação policial nessa época tenha esteve relacionada fortemente com as disputas políticas locais, assim como com as atividades da Companhia Brasileira de Indústria, Comércio e Exportação (COBRAICE) na região.

A COBRAICE estava negociando a compra de madeira junto aos proprietários rurais da região, no entanto Pedro não aceitou o preço oferecido para a extração em suas terras, levando a um impasse com a empresa. A situação se complicou em 25/11/1952 quando, num bar em Governador Valadares, Renato Sá Mota, diretor da empresa, foi alvejado por Evaristo Ferregueti, outro adversário

da empresa. Nesse tiroteio, Ferregueti também feriu Ângelo Vargas, filho do deputado estadual José Vargas da Silva (UDN).

O Delegado Pedro foi acusado por políticos e integrantes da COBRAICE de ter colaborado com o crime, pois estaria ciente das ameaças sofridas por Renato, teria insuflado o descontentamento com a empresa e retirado propositadamente a polícia do centro da cidade naquela tarde. Essas acusações alcançaram a grande imprensa⁶, a Assembleia Legislativa e levaram ao seu afastamento do caso.

Esse conflito, aparentemente um desentendimento isolado, pode ser reflexo de intrincadas e profundas relações de alianças e disputas entre grandes empresas (especialmente a Belgo Mineira, Acesita e a COBRAICE), autoridades públicas (dentre elas, a polícia) e diferentes grupos de posseiros da região. Porém, antes de tratarmos dessa figuração específica, vale a pena colocar alguns parâmetros mais amplos.

Até meados do século XX, em Minas Gerais, existiam vastas terras desabitadas ou habitadas por povos indígenas. O poder público, incentivou a ocupação dessas áreas para integrá-las ao sistema produtivo, abrindo estradas, concedendo isenções fiscais e, por vezes, concedendo documentos de posse sobre as terras para os que se aventurassem nessas regiões inóspitas. Muitos trabalhadores rurais migraram em busca de melhores condições de vida e trabalho, enfrentando essas adversidades, constituindo famílias e comunidades durante muitos anos.

No entanto, no afã de uma “modernização” fortemente elitista e segregadora, vinham sendo intensificadas as alianças entre o poder público, fazendeiros e grandes empresas, colocando a concentração fundiária como um objetivo central. Dessa forma, os pequenos posseiros passaram a ser tratados como obstáculo para o almejado “desenvolvimento”, tendo seus direitos suprimidos. Muitos deles foram violentamente expulsos por grileiros, alguns sendo assassinados, outros tendo que migrar para os centros urbanos ou integrar-se às fazendas em piores condições de vida e trabalho, como assalariados,

agregados, meeiros etc. (Espindola, 2010; Muls, 1989; Ribeiro, 1996; Ribeiro, 2010; Zangelmi; Oliveira, 2022). Parte desses trabalhadores, como veremos adiante, passaram a se organizar em associações, ligas e sindicatos, formas de organização que se expandiam no período em várias regiões do Brasil (Martins, 1981; Medeiros, 2003).

Duas grandes reportagens do jornal *Imprensa Popular* trouxeram importantes elementos para pensarmos os atores em relação no Vale do Rio Doce. Segundo a matéria “Monstruoso embrulho de terras dos pequenos e médios camponeses”, publicada na edição de 27/01/1953, o deputado Israel Pinheiro, ex-Secretário da Agricultura de Minas Gerais, teria feito uma concessão de mais de 100 mil hectares à Cia. Belgo Mineira, “embrulhando” os direitos de milhares de camponeses que viviam naquelas terras, com posse legitimada pelo Estado (Monstruoso [...], 1953, p. 2). Assim, com a valorização das terras, ampliaram-se os avanços de fazendeiros e grandes empresas sobre as terras dos trabalhadores rurais, que dispunham de poucos recursos para resistir.

Num clima de “terror contra os camponeses”, os posseiros foram violentamente expulsos pelos agentes públicos, dentre eles o jornal destaca “o famigerado Capitão Pedro Ferreira dos Santos, Delegado de Polícia em Governador Valadares”, que, agindo em favor das empresas e latifundiários, usava de sua figura lendária para intimidar os que resistissem. Essas disputas, nas quais os posseiros evidentemente eram os mais fracos, muitas vezes colocavam frente a frente os interesses de diferentes grupos de latifundiários, que disputavam as mesmas terras e seus recursos. Segundo a reportagem, esse teria sido o motivo das desavenças entre a COBRAICE e a família Ferregueti, disputa que ganhou visibilidade com o tiroteio no bar.

Noutra reportagem, intitulada “Posseiros do Vale do Rio Doce contam sua história dolorosa”, datada de 04/05/1957, a COBRAICE é acusada pela expulsão de posseiros desde o ano de 1950, também citando seus conflitos com os Ferregueti, tratados como defensores dos direitos dos posseiros (Posseiros [...], 1957, p. 3). Nesses conflitos entre grupos de latifundiários, a polícia foi acusada de se posicionar ao lado de quem pagasse mais, o que levou, inclusive,

ao questionamento sobre o intenso enriquecimento do Delegado Pedro, aspecto que será discutido mais adiante.

Essas e outras denúncias contra o delegado estão também no relato de Olímpio Ferraz de Carvalho à imprensa, publicada em 08/02/1955. Esse coronel reformado do Exército, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alega que em 1951 estavam sofrendo perseguição política pela polícia, tendo vários integrantes do seu Partido sido espancados e presos injustamente, assim como seus opositores, do PSD, estavam tirando vantagem disso. Segundo Olímpio:

A permanência do Capitão Pedro Ferreira dos Santos à frente da Delegacia de Polícia de Governador Valadares tem sido motivo de constante intranquilidade para os habitantes dos municípios vizinhos, que ele invade de quando em quando, como se fizesse incursões em território inimigo (Manifesto [...], 1955, p. 6)

Sobre o principal desses casos, Olímpio afirmou que, em 26/08/1951, Lourival Guilherme da Silva foi:

levado para a Delegacia de Tarumirim, aí o Capitão Pedro ordenou que Lourival se despisse e introduzisse na região retal um instrumento contundente. Como não conseguisse cumprir a ordem por causa da grossura do instrumento, o Capitão Pedro mandou que Lourival tomasse uma posição adequada e introduziu lhe com força tal instrumento. Em seguida, ordenou que se assentasse em uma cadeira e o capitão pondo-lhe as mãos nos ombros forço-o sobre ela, a fim de que o instrumento penetrasse completamente na região retal (Manifesto [...], 1955, p. 6).

Em seguida, Pedro teria ameaçado incendiá-lo com querosene caso não declarasse às testemunhas o que ele ordenasse. Lourival confessou que dinamitou a represa de Tarumirim e incendiou o Fórum de do mesmo município, a mando de Paulo Leite, proprietário de um cinema em Tarumirim e presidente do diretório local do PTB. Foi aberto inquérito para apurar a atuação de Pedro no caso, mas, segundo Olímpio, Raimundo Albergaria, prefeito de Governador Valadares, e o próprio Delegado Pedro Ferreira teriam coagido as possíveis testemunhas.

Apesar de Almeida (2009) ter descrito minuciosamente um grande número de casos investigados pelo Delegado Pedro, muitos deles de pouca repercussão, não foi encontrado em sua obra qualquer menção à prisão de Lourival ou às denúncias de Olímpio. Na imprensa, existem algumas notícias sobre um laudo médico atestando a tortura (Foi realmente [...], 1951, p. 3) e que Lourival teria que passar por cirurgia em decorrência dos ferimentos (Gravemente [...], 1951, p. 5), assim como fica evidente que o caso repercutiu na capital mineira, inclusive mobilizando integrantes da Assembleia Legislativa a formarem uma comissão para apurar as denúncias, investigação que se mostrou inconclusiva⁷.

Também foram encontradas informações sobre o caso na documentação do DOPS/MG, indicando que houve corpo delito atestando ferimentos compatíveis com a denúncia e que um laudo atestou que a barragem de Tarumirim não foi sabotada. Conforme consta de fato ocorreu o rompimento na barragem e que ficou provado, de acordo com o laudo da polícia técnica fornecido pelo Dr. Marcelos que, o referido rompimento foi natural e não criminoso, o qual o laudo, se acha arquivado na Polícia que, prova sua inocência⁸.

Por que Lourival, pela própria vontade, confessaria um crime que não cometeu? Evidentemente, essa informação fortalece a denúncia de que teria sido torturado para realizar tal confissão. Vale ressaltar que uma das marcas do trabalho policial do Delegado Pedro foi sua capacidade de extrair confissões de inúmeros presos com rapidez e aparente facilidade, como descrito em diversos relatos na imprensa e na obra de Almeida. Porém seus métodos, por vezes chamados de “pouco ortodoxos”, não foram descritos por ele ou seus apoiadores.

Segundo o Coronel Olímpio, suas denúncias descontentaram a Polícia que, por vingança, teria falsificado documentos e o acusado de subversão comunista para o Exército e a imprensa, o que o levou a responder diversos inquéritos, nos quais foi absolvido em 1956 (Confirmada [...], 1956, p. 4). Em seu relato, Olímpio acusou Pedro de estar agindo em favor do grupo político do Prefeito de Governador Valadares, Raimundo Soares de Albergaria Filho (Partido Social Democrático - PSD). O Prefeito estaria usando da máquina pública para

beneficiar seus aliados. Um desses benefícios seria a venda de terrenos da Prefeitura por valores muito abaixo do valor real. Pedro teria comprado dois lotes nesse esquema de corrupção, durante o mesmo período em que perseguiu os petebistas.

Além do PTB, as ações do Delegado Pedro atingiram também o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A convenção do PSB de sete de setembro de 1954, em Governador Valadares, foi interrompida e dissolvida pelo Delegado Pedro, acompanhado de um investigador e cerca de oito soldados. A reunião pretendia escolher o candidato do Partido que concorreria nas próximas eleições municipais e, segundo denúncias na imprensa, Pedro visava ser candidato ao pleito pelo PSD (Delegado [...], 1954, p. 2; A polícia [...], 1954).

Em meio às disputas político-partidárias, o Delegado também continuou envolvendo-se em conflitos por terras. Segundo Almeida (2009, p. 353), em 1956, o Delegado Pedro deslocou-se “para a região de Nanuque, onde lavradores incautos, incitados por agentes comunistas, estavam invadindo fazendas e expulsando os proprietários”. O suposto líder comunista seria Carlos Ventura de Cerqueira, amparado pelo advogado Ramiro Cipriano da Silva, que teriam incitado os camponeses a tomarem a Fazenda Ponte Velha. Nessa ação, o Delegado Pedro Ferreira prendeu Carlos e desmobilizou os lavradores.

Porém, notícias na imprensa destoam dessa narrativa em vários aspectos. As reportagens relatam que esses lavradores eram cerca de duzentas famílias de posseiros em terras devolutas, que ali viviam e trabalhavam há muitos anos (Posseiros [...], 1956, p. 6). Segundo afirmam, o “facinoroso Capitão Pedro”, que tinha uma “mentalidade de jagunço”, os atacou e prendeu Carlos sem justificativa, deixando-o incomunicável e espancando-o. Pedro estaria agindo a mando de grileiros da região, sendo ele um “serviçal dos latifundiários”, interessados nas terras dos posseiros.

Os posseiros, amparados pelo advogado, não conseguiram reaver as terras, porém receberam algumas indenizações que, apesar de não reparar completamente suas perdas, foram consideradas uma “vitória” diante desse

quadro tão adverso. Já Pedro, teria recebido, como pagamento dos fazendeiros por este serviço de expulsão dos posseiros de Nanuque, um valioso boi reprodutor para sua fazenda.

Jagunço não trabalha sem paga. Por isso que o tal capitão Pedro Ferreira, com seus magros proventos de capitão da polícia mineira, é hoje próspero fazendeiros da região de Itambacuri [...]. Tudo isso foi conseguido em paga pelos seus serviços de inimigo do povo e dos trabalhadores e, principalmente, como instrumento nos criminosos despejos de posseiros (Vitoriosos [...], 1956, p. 4)⁹.

Acusações sobre a origem da grande fortuna de Pedro foram bastante comuns na imprensa e até nas conversas entre seus colegas policiais, como descreveu Almeida (2009), indicando que existiam boatos de que Pedro teria enriquecido principalmente como pagamento pela expulsão de posseiros. Diante dessas acusações, Almeida dedicou parte específica de sua obra (Almeida, 2009, p. 421-428) para explicar essa “ascensão econômica” do delegado.

Segundo ele, Pedro sempre foi muito trabalhador e econômico, assim como vendia apólices de seguros nos momentos de folga, o que possibilitou que acumulasse recursos suficientes para comprar as primeiras terras. Em meados da década de 1940, comprou as terras de dois posseiros em Itambacuri, empreendimento que teria prosperado nos anos seguintes devido a sua boa gestão. Almeida também cita outra propriedade, a Fazenda Auriverde, no Córrego Água Preta, distrito de Jampruca, na época situado no Município de Campanário, porém não encontramos informações sobre como e quando essa propriedade foi adquirida por Pedro.

O momento mais marcante de seu enriquecimento teria ocorrido em decorrência de sua habilidade na negociação com a COBRAICE, pois, pela venda da madeira de suas terras, teria recebido a quantia de “novecentos e sessenta mil cruzeiros (novecentos e sessenta contos de réis), dinheiro suficiente para a compra de 32 apartamentos no centro de Belo Horizonte” (Almeida, 2009, p. 425). Os outros posseiros da região teriam tomado outro caminho na negociação com a Empresa, aceitando trocar a madeira pela regularização de suas terras. Já

Pedro teria optado por arcar ele mesmo com os custos da regularização da terra e vender a madeira a preço de mercado, recebendo o vultuoso valor mencionado acima.

Não foram encontrados documentos que objetivamente confirmem ou contradigam essas afirmações. No entanto, surpreende esse suposto pagamento pela COBRAICE, em vista da grande disponibilidade de terras de posseiros naquele período, permitindo que a empresa destinasse seus recursos para negócios menos onerosos. Por que a COBRAICE compraria essa madeira, a tão alto custo, se poderia comprar de tantos outros posseiros da região, por valores muito menores?

Outra questão que não está clara é o tamanho das terras de Pedro naquela época, que supostamente permitiriam a extração de um expressivo volume de madeira. Terras compradas com as economias provenientes do trabalho de um policial e da venda de apólices de seguros não poderiam ser muito vastas. Caso fossem um latifúndio, como adquiriu tais terras já naquela época?

Também vale ressaltar que o direcionamento da ação policial era um elemento estratégico para os interesses da COBRAICE, em vista de seus conflitos recorrentes pela terra de posseiros, assim como relações de disputa e aliança com diversas facções políticas, como vimos em diversos casos, alguns deles descritos anteriormente. Ter a polícia ao seu lado nessas disputas era um fator relevante para os interesses da Empresa em seu avanço sobre as terras e demais recursos no Vae do Rio Doce.

O Capitão Pedro Ferreira foi o titular da Delegacia de Polícia de Governador Valadares entre novembro de 1950 e janeiro de 1956. Nesse ano, foi designado como Delegado de Capturas, com sede nesse mesmo município, porém com jurisdição sobre toda Minas Gerais.

Outro aspecto sobre sua trajetória que vale destacar é o sentimento de injustiça que sentia em relação à parte da corporação, especialmente a respeito da forma como se davam as promoções. As atividades de Pedro como delegado, mesmo gozando de grande reconhecimento popular e de várias autoridades

políticas, não contribuíam para suas promoções na carreira, por vezes até as prejudicando por serem consideradas desvios de função. A ascensão na Polícia Militar dependia da atuação como oficial nos batalhões, muitas vezes em funções organizacionais e burocráticas, caminho que Pedro pouco trilhou.

Assim, as promoções de Pedro demoravam e, muitas vezes, se deram pelo critério de antiguidade, o que incomodava a ele e seus colegas mais próximos. Enquanto isso, seus contemporâneos do início da carreira avançavam mais rapidamente, ocupando os melhores postos, muitas vezes sendo oficiais “de gabinete”, sem experiência em combates diretos à criminalidade. Assim, de tempos em tempos, Pedro tinha que interromper sua atuação policial para permanecer algum tempo servindo nos batalhões e, assim, receber as promoções, com forte sentimento de falta de reconhecimento institucional pelos seus feitos como delegado.

Apenas em 21/04/1960 foi promovido a major. Em 8/5/1960 é condecorado pelo Presidente da República com a Medalha do Mérito Policial e em julho de 1960 é transferido para a reserva com o posto de tenente-coronel. Somente em 1981 tornou-se oficialmente coronel, por força da lei 8070 de 03/10/1981, que promoveu ao posto imediato os integrantes das lutas armadas de 1924, 1930 e 1932.

Na reserva, vivendo na Fazenda Auriverde, continuou realizando algumas ações policiais de maior complexidade, a pedido de autoridades influentes no estado. Em 1962 foi designado para seu maior e mais conhecido desafio investigativo, considerado como o ápice de sua carreira. No dia 14/04/1962 foi assassinado, numa emboscada em Santa Maria do Suaçuí, o deputado Nacip Raydan (PSD), líder da oposição ao governo mineiro (Magalhães Pinto - UDN).

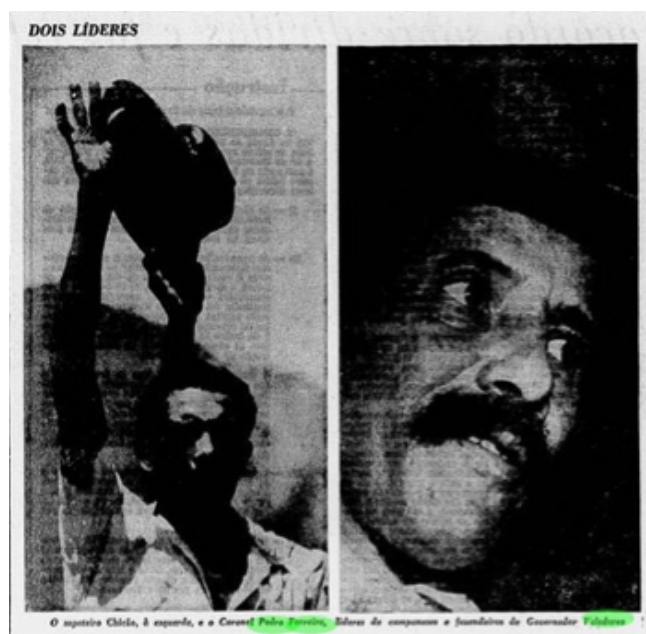
O caso teve grande repercussão, especialmente pelas suspeitas de ter se tratado de um crime político. Depois de meses de intensa investigação, o crime foi desvendado pelo Delegado Pedro em novembro de 1962, que acusou e prendeu os integrantes do conluio responsável pela trama e execução do crime. Tratou-se de um crime político, vinculado às disputas regionais entre facções,

envolvendo vários partidos e interesses, principalmente de integrantes da UDN local, mas também correligionários descontentes com o deputado Nacip Raydan. O sucesso nas investigações foi fartamente noticiado e Pedro homenageado por diversas autoridades, ampliando consideravelmente seu prestígio.

No início da década de 1960, a região de Governador Valadares vivia tensões crescentes, em decorrência do grande número de posseiros expulsos das terras¹⁰, que passaram a se organizar coletivamente cada vez mais, em associações, ligas e sindicatos, com mediação de setores progressistas da Igreja Católica e do Partido Comunista (PCB) (Borges, 2004; Carneiro; Cioccarri, 2011; Zangelmi, 2022). O principal líder era o sapateiro Francisco Raimundo da Paixão (Chicão), que conseguiu reunir um grande número de membros no sindicato, o que amedrontava os fazendeiros da região, assim como o “fantasma do comunismo”.

A política nacional também incentivava os trabalhadores e amedrontava os latifundiários, principalmente pelas promessas de reformas de base do Governo de João Goulart, dentre elas a reforma agrária, e pelas notícias sobre o decreto que desapropriaria latifúndios e as terras às margens de açudes, rodovias e ferrovias. Como parte dessas ações na região, estava marcado um grande comício para o dia 31 de março, que contaria com a presença de cerca de vinte mil trabalhadores e importantes autoridades, talvez até o Presidente João Goulart.

Figura 1 - Foto de Chicão e Pedro, líderes dos grupos em conflito



Fonte: (Dois [...], 1964, p. 4).

Diante desse quadro de avanço das demandas populares sobre seus privilégios, diversas frações dos grupos dominantes, civis e militares, dentre eles os latifundiários, se organizaram em torno da conspiração que teve como desfecho o golpe de 1964 (Starling, 1986). A Polícia Militar de Minas Gerais teve papel decisivo no conluio golpista, na medida em que vinha, há anos, sendo equipada, ampliada e treinada em atividades militares, aos moldes de uma força combatente, e posteriormente teve proeminência na mobilização de tropas contra as forças federais nos dias do golpe (Silva, 2014; Vieira, 2007).

Alguns meses antes do golpe, os latifundiários explicitamente buscaram se articular politicamente e economicamente contra as forças populares em ascensão, assim como formaram milícias fortemente armadas para combater os camponeses. Os principais líderes dos fazendeiros na região eram o Coronel Pedro Ferreira dos Santos e o Coronel Altino Machado de Oliveira, este último um oficial reformado da PM e presidente do diretório do PSD de Governador Valadares.

Em diversas matérias, ficou claro que o Coronel Pedro Ferreira era o principal e mais temido líder dos fazendeiros, usando de sua notoriedade para ampliar a tensão entre lavradores e fazendeiros. Nesses jornais, ele foi caracterizado como “policial arbitrário e prepotente para o qual o regimento disciplinar do Exército é letra morta” (Jornalistas [...], 1964, p. 12). Destaca-se também a multiplicação de “milícias de capangas sob o comando do Coronel Pedro Ferreira, oficial reformado da Polícia Mineira que se notabilizou na região pelo enriquecimento rápido e pelas soluções violentas” (Grito [...], 1964, p. 3).

Mesmo quando comparado aos outros fazendeiros da região, o Coronel Pedro é destacado pelas ações violentas, como quando José Altino Machado, filho do Coronel Altino, afirmou que “meu pai era muito ponderado, muito prudente [...]. Tinha um outro coronel, o Pedro. O Pedro já era uma liderança mais ‘vamos pra porrada, vamos pra bala, vamos pra dar tiro, vamos para pegar!’” (Documentário [...], 2014).

Segundo o *Jornal do Brasil*, os fazendeiros estavam convocando as pessoas da

região a se “alistarem” no enfrentamento dos temidos “comunistas”, dando um sentimento de serviço militar a civis sem preparo para tal. Num dos manifestos que circulavam na região, transcrito pelo Jornal, dizem que “hoje é a terra do fazendeiro a ser invadida, amanhã será seu estabelecimento comercial e seu lar humilde ou rico, mas sempre honrado. Aliste-se em nossas fileiras de luta contra o comunismo invasor, ateu e materialista” (Comício [...], 1964, p. 21). A liderança de Pedro fica evidente nos diversos relatos sobre a escalada da violência na região.

Nesses últimos dias, o fato mais comentado é a disposição de um grupo mais exaltado de fazendeiros de liquidar o sapateiro Francisco Raimundo da Paixão [...]. O Coronel Pedro Ferreira, apontado como chefe das milícias dos fazendeiros, não faz segredo da preparação feita para evitar a ação dos lavradores [...] pois responderão a violência com violência ainda maior [...]. O coronel não confirmou nem desmentiu a denúncia de que os fazendeiros sob sua chefia estão armados com equipamento pesado, sabendo-se todavia que grande quantidade de metralhadoras de pé e carabinas há dias desembarcada na fazenda do Sr. Jota Peres, em duas viagens feitas de helicóptero (Comício [...], 1964, p. 21)

Essa tensão crescente eclodiu na tarde de 30 de março de 1964, quando um grupo de fazendeiros se dirigiu para a casa de Chicão, sede do sindicato onde estavam reunidos alguns trabalhadores, e “abriram fogo contra os que ali se encontravam” (Borges, 2004, p. 321), dando início a um tiroteio que durou cerca de 25 minutos. Ao arrombar a porta da casa, Pascoal de Souza Lima, genro do Coronel Ferreira, recebeu um tiro e faleceu. Também foram feridas a tiros a esposa e uma filha de Chicão, de apenas 4 anos, assim como foi também alvejado o repórter Agnaldo Freitas, do jornal *O Combate*. Chicão não foi ferido e conseguiu sair do local e, alguns meses depois, deixou o país, permanecendo como exilado político até seu retorno ao Brasil em 1979.

Sobre a participação do Coronel Pedro no ataque ao sindicato, Almeida afirmou apenas que “a ação dos fazendeiros fora uma atitude insensata sem conhecimento dos coronéis Altino e Pedro, que eram contra a precipitação da violência” (Almeida, 2009, p. 564). Causa surpresa que, numa obra de 803

páginas, tão detalhada sobre cada passo do Coronel Pedro, essa questão seja colocada de uma forma tão lacônica. Os fazendeiros, dentre eles o filho de Altino¹¹ e o genro de Pedro, desobedeceram seus principais líderes? Os líderes foram enganados? Como isso foi possível? Foi uma falha dessas lideranças tão reconhecidas? Onde os coronéis estavam no momento do ataque? O que fizeram quando souberam? O ataque foi por eles incentivado ou é reflexo de que as ações de seus liderados fugiram do seu controle?

Essas são perguntas sem resposta clara, porém tal suposto desconhecimento por parte dos coronéis não parece plausível, em especial pela forte autoridade que exerciam. Apesar das dúvidas sobre qual a participação direta de Pedro no ataque ao sindicato, não há dúvidas sobre sua centralidade no acirramento das tensões e no envolvimento de pessoas evidentemente despreparadas para lidar com situações tão tensas e com um possível conflito armado.

O ataque ao sindicato e o golpe militar do dia seguinte deram início a uma série de outros ataques menores em Governador Valadares, em perseguição às lideranças e apoiadores dos movimentos de trabalhadores. Sobre o mais lembrado desses ataques, José Altino Machado afirmou que:

Alguns fazendeiros foram lá prender o pessoal, o Seu Otávio Soares, que não tinha nada a ver com isso, na discussão acabaram matando Seu Otávio, de uma forma até muito infame e isso pesou muito para nós (fazendeiros) [...] Andaram, milicianinhas de alguns ruralistas prendendo gente, levando para a cadeia. Gente que tinha na estante um livro de Karl Marx chegava preso na cadeia. (Documentário [...], 2014).

No dia 1 de abril, já amplamente em curso o golpe de 1964, foram mortos o farmacêutico Otávio Soares e seu filho, Augusto Soares. Como vimos acima, tratou-se do resultado da perseguição de fazendeiros contra supostos comunistas, como também ficou evidente em diversas matérias de jornais, que apontaram como executores os fazendeiros Vander Campos, Lindolfo Rodrigues, Maurílio Avelino e Júlio Avelino. Segundo reportagem do *Correio da Manhã* do dia 16 de junho de 1964, tratava-se de um “grupo chefiado pelo

policia! Pedro Ferreira”:

Toda a cidade sabe quem são os autores e o inspirador do crime. Por incrível que pareça, andam os criminosos livremente, pois contam a cobertura de quem encarnou o Comando Revolucionário em Governador Valadares, o indivíduo Pedro Ferreira, policial aposentado e habituado ao crime [...]. O trabalho policial foi prejudicado pela interferência de Pedro Ferreira, o que levou a exigência de novo delegado e novo escrivão para refazerem o inquérito policial. Por isso, os parentes dos mortos são constantemente ameaçados de morte (Ao governo [...], 1964, p. 5).

Devido à pressão da família, depois da absolvição pela justiça militar, o processo foi para a justiça comum e alguns dos fazendeiros executores foram julgados, presos e apontaram Pedro Ferreira como mandante (Preso [...], 1965, p. 8)¹². No entanto, apesar dessas indicações, as investigações contra ele não avançaram, o que não foi surpresa, pois se tratava de um militar poderoso, peça chave para a implantação do governo ditatorial na região, com poderes ampliados nesse contexto autoritário.

A ditadura possibilitou o uso mais intenso e irrestrito do aparato estatal a serviço do *status quo*, ampliando a violência contra trabalhadores rurais e a concentração de terras. As lutas se tornaram extremamente arriscadas, na medida em que as violações de direitos¹³ foram intensificadas, especialmente contra as lideranças populares. Mas também atores desvinculados das mobilizações se tornaram alvo, com base na falsa justificativa do combate à subversão. Dessa forma, os governos ditatoriais possibilitaram que seus executores utilizassem os instrumentos estatais para ampliar seus privilégios econômicos, políticos e sociais.

Coronel Pedro foi nomeado Delegado Supervisor de Capturas em 1966, coordenando delegacias em diversos municípios do leste de Minas Gerais, função que ocupou até o encerramento de sua carreira, em 1974. Sua saída se deu, em grande medida, pelas mudanças na segurança pública nesse período. Várias mudanças administrativas e legais (Decreto-lei 667 de 2/07/69, Lei 5406 de

16/12/69 etc.) vinham reestruturando e delimitando as atribuições das polícias civil e militar. A PM foi direcionada para o policiamento ostensivo, atuando fardada e visível para a dissuasão ao cometimento de crimes. Já a Polícia Civil ficou responsável principalmente pela investigação dos crimes, identificação e captura de criminosos, atribuições que as delegacias de capturas vinham realizando. Com essas mudanças e com a instalação, em 1974, da regional da Polícia Civil em Governador Valadares, Pedro foi deixado à margem das decisões e, insatisfeito com a perda desses espaços, pediu dispensa do cargo.

Em seguida dedicou-se a suas fazendas e a palestras que ministrava eventualmente junto à PM. Foi fartamente homenageado pela polícia, pela imprensa, pela Câmara e pela Prefeitura de Governador Valadares, assim como por outras autoridades de dentro e fora de Minas Gerais. Continuou tendo influência na região, principalmente pelos feitos do passado, porém seu nome foi gradativamente desaparecendo dos jornais e demais documentos consultados, sinal de seu pouco envolvimento em situações de maior repercussão. Pedro Ferreira dos Santos faleceu por decorrências de câncer em 16/05/2000.

Sentidos da trajetória

Ao conhecermos uma trajetória individual tão expressiva, buscamos não esquecer as relações mais amplas, que nos permitem compreender as lógicas das ações de indivíduos e grupos em cada *campo* (Bourdieu, 2002). Por outro lado, buscamos também evitar olharmos a trajetória individual como exemplo ou expressão do social, que pode enquadrar a percepção das especificidades em modelos rígidos estabelecidos previamente. Muitas vezes também, ao partir da projeção de certos modelos de racionalidade e linearidade para os indivíduos, acabamos por perder a oportunidade de ver as incertezas, as incoerências, a instabilidade e a inércia nas suas ações (Levi, 2002). Dessa forma, buscamos compreender as escolhas de Pedro Ferreira dos Santos diante de seu universo de possibilidades, em cada *figuração* (Elias, 2001, Elias; Scotson, 2000).

Tendo nascido numa família pobre do interior, as oportunidades iniciais para Pedro se abriam muito em função do pai, um policial servindo em Guaxupé, município invadido pelos paulistas em 1930. Dessa forma, Pedro, aos 15 anos,

seguiu os passos do pai e se tornou policial, assim como seus irmãos, porém sua iniciação se deu precocemente e em meio a intensos combates. Podemos supor que, em grande medida, forjou parte significativa de sua personalidade nesses enfrentamentos diretos com o inimigo, em situações tensas e com grande risco de morte.

Nos anos seguintes, apesar de ter estudado e avançado na carreira militar, foram nos enfrentamentos mais severos que ganhou destaque e admiração, atuando em perigosas regiões de fronteira, nas quais a ordem pública estava pouco estabelecida e a "pistolagem" era uma rotina que poucos se dispunham a combater. Nessas regiões, especialmente em Governador Valadares, encontrou também violentas disputas políticas, para as quais a força policial tinha um papel significativo, podendo desequilibrar as relações de poder entre as facções. Assim, atuar como delegado nessa região era um grande risco, mas também um espaço bastante aberto para oportunidades de poder e enriquecimento.

Pudemos perceber que Pedro Ferreira se sentia injustiçado pelas dificuldades e atrasos das promoções em sua carreira policial, algo percebido como sinal de pouco reconhecimento institucional sobre seus feitos. Porém encontrou outros caminhos para sua ascensão, se aproximando de políticos influentes, empresas e latifundiários. Nesse processo, em que a terra cada vez mais era valorizada e cobiçada, o policial se tornou um rico latifundiário, tendo sua conduta, baseada em "métodos pouco ortodoxos", denunciada como sendo a violência "dos ricos contra os pobres."

Seu poder foi, em grande medida, sustentado pela lenda que conseguiu construir em torno de si, de um valente de "bigode grosso", com exímia pontaria e "corpo fechado". Porém, sua fama difere da história de outro valente, também com pontaria extraordinária e difícil de matar. Me refiro a Saluzinho, posseiro do norte de Minas Gerais que resistiu à bala, sozinho, durante cinco dias e cinco noites, contra um destacamento policial fortemente armado, sendo lembrado como herói dos mais fracos (Campos, 2014; Zangelmi; Queler, 2021). Pedro Ferreira, por outro lado, representa a força da ordem vigente contra aqueles que buscam perturbá-la ou modificá-la. Pedro e Saluzinho eram parecidos na

valentia, na sobrevivência e na pontaria, porém bem diferentes nas forças e valores que representavam.

O Coronel Pedro Ferreira reunia em sua imagem atributos que representavam algumas das forças que subjugavam os trabalhadores rurais mobilizados nos processos de luta pela terra: era fazendeiro e policial. Assim, detentor dessas posições, simbolizava o poder econômico, político e social dos grupos dominantes, assim como era reconhecido executor direto de ações que ratificavam o *status quo* continuamente.

Apesar de prisões arbitrárias, execuções e tortura serem práticas criminosas, seus usos contra criminosos têm sido aceitos e, muitas vezes, admirados por significativos segmentos da nossa sociedade, o que, em grande medida, ajuda a compreendermos o grande apreço por determinados agentes das forças de repressão ao longo da nossa história. Os mesmos métodos legitimados socialmente para a caça aos criminosos, assim como as formas de extrair suas confissões, muitas vezes foram também empregadas contra aqueles que buscavam transformar as relações de poder, como nos casos de repressão à determinadas organizações e ideologias, tornando alvos os suspeitos de comunismo, líderes partidários, sindicalistas e trabalhadores mobilizados.

Como pudemos ver, a imagem de Pedro Ferreira dos Santos como herói é, no mínimo, questionável, assim como são questionáveis as forças sociais, políticas, econômicas e culturais que projetaram sua lenda com tamanha força até nossos dias. Essas *memórias* (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Porteli, 2002), sedimentadas através de intrincadas relações de poder, nos mostram a importância de, de tempos em tempos, interpelarmos nossos heróis. Quantos de nós, se espelhando nessa lenda, reproduzem seus valores e métodos? Quantos outros, ao trilharem caminhos diferentes, dentro ou fora da polícia, são hostilizados ou ignorados e esquecidos?

Referências

A POLÍCIA acabou violentamente com a convenção do PSB em Governador

Valadares. *A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 11 set. 1954. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/030678/1525>. Acesso em: 10 maio 2024.

A REVOLUÇÃO em Guaxupé. *Revista Nação Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 15, out./dez. 1930. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120251/1573>. Acesso em: 7 maio 2024.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Um certo delegado de capturas: o romance de um mito-herói*. Salvador: Contexto & Arte 2009.

AO GOVERNO Revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_07/52768 Acesso em: 14 maio 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dossiê: Fundo: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2024]. Referência: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0130_D0001DE0001. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=br_dfanbsb_at0_0_0_0130_d0001de0001&v_fundo_colecao= Acesso em: 15 maio 2024.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 183-191.

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Saluzinho: luta e martírio de um bravo*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

CARDOSO, Alan Dutra; MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina; PESSÔA, Reynaldo (org.). *Novo Dicionário da Terra*. Leiria: Editora Proprietas, 2023.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962- 1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2. ed. Brasília: MDA, 2011.

COMÍCIO de Governador Valadares poderá ser o início das violências *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 8 mar. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_08/50575. Acesso em: 13 maio

2024.

CONFIRMADA absolvição do Coronel Olímpio Ferraz. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1956. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/65841. Acesso em: 9 maio 2024.

CORONEL de corpo fechado convidado para combater pistoleiros de Mantena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1966. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/81165. Acesso em: 20 maio 2024.

COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

DELEGADO de Polícia dissolveu Convenção do PSB. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 14 set. 1954. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/108081/7142>. Acesso em: 10 maio 2024.

DISPOSTOS a defender suas terras os posseiros de Nanuque (MG). *Voz Operária*: Rio de Janeiro, 9 jun. 1956. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/154512/3718>. Acesso em: 10 maio 2024.

DOCUMENTÁRIO Na lei ou na marra (vencedor do Prêmio Vladimir Herzog). [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo. (45min). Publicado pelo canal Assembleia de Minas Gerais. Disponível em: <https://youtu.be/eiZW-5BOeqg>. Acesso em: 15 maio 2024.

DOIS líderes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/49942. Acesso em: 13 maio 2024.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Estabelecidos e outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPINDOLA, Haruf S. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v.4, n.1, p. 160-206, jan./jul. 2015. DOI:

<https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i1.p160-206>.

ESPINDOLA, Haruf. Salmen. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

FOI REALMENTE submetido a tortura infamante. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 set. 1951. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/348970_05/8697. Acesso em: 8 maio 2024.

FORÇADOS a indenizar os posseiros. *Folha Capixaba*, Vitória, 30 jun. 1956. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/100706/1461>. Acesso em: 10 maio 2024.

FUZILADO em Governador Valadares fazendeiro que atacou sindicato rural. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/51552. Acesso em: 15 maio 2024.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-275.

GRAVEMENTE enfermo o suposto dinamitador de Tarumirim. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 10 set. 1951. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/221961_03/14025. Acesso em: 8 maio 2024.

GRITO de reforma de mineiros repercute. *O Idealista*, Belo Horizonte, 22 mar. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/850233/239>. Acesso em: 13 maio 2024.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JORNALISTA ameaçado de morte dá o nome dos 'gorilas' da baderna em Gov. Valadares. *Terra Livre*, São Paulo, fev. 1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/814261/550>. Acesso em: 13 maio 2024.

LACERDA inicia hoje arrancada em Governador Valadares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1968. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/112474. Acesso em: 20 maio 2024.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da*

história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 167-182.

MANIFESTO ao povo mineiro. *Diário de Notícias* Rio de Janeiro, 8 fev. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/093718_03/38625. Acesso em: 9 maio 2024.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política do Brasil*. São Paulo: Ed. Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q.; DEL ROIO, Marcos. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. v. 4.

MEDEIROS, Leonilde. Servolo. de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MONSTRUOSO embrulho de terras dos pequenos e médios camponeses. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/108081/4065>. Acesso em: 9 maio 2024

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MULS, Nair Costa. *Trabalho, Consciência e Luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais*. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri/Pasquim, 1980.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: CPDOC. 1992. (Estudos Históricos, n. 10).

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de julho de 1944]: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,

2002.

POSSEIROS de Nanuque defendem suas terras. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 29 maio 1956. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/108081/11191>. Acesso em: 10 maio 2024.

POSSEIROS do Vale do Rio Doce contam sua história dolorosa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 4 maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/108081/13202>. Acesso em: 8 maio 2024.

PRESO por matar na Revolução. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 out. 1965. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/386030/114147>. Acesso em: 15 maio 2024.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFS, 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 393-433, 2010.

RUBELITAS que valem milhões na serra que Fernão Dias procurava. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 maio 1978. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126206. Acesso em: 20 maio 2024.

SILVA, André G. *Um estudo sobre a participação da PMMG no movimento golpista de 1964 em Belo Horizonte*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2014.

STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIEIRA, Fábio Antunes. *De policiais a combatentes: a PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Unimontes, Montes Claros, 2007.

VITORIOSOS os posseiros de Nanuque. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro: 3 jul. 1956. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/>

docreader/108081/11407. Acesso em: 10 maio 2024.

ZANGELMI, Arnaldo José. Terras marcadas: continuidades e descontinuidades na luta pela terra em Minas Gerais. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.23, n. 51, p. 1013-1036, 2022.

ZANGELMI, Arnaldo José; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. *Trabalhadores e trabalhadoras rurais em movimento: mobilizações em Minas Gerais na segunda metade do Século XX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

ZANGELMI, Arnaldo José; QUELER, Jefferson José. "O Latifúndio é o Diabo": apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. *Tempo*, Niterói, v. 27, n. 3, p. 607- 628, set. 2021.

Notas

¹Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

²Grosso modo, terras devolutas são terras públicas, sem destinação atribuída pelo poder público, ou seja, sem propriedade particular. Para mais informações, ver Cardoso *et al.*, 2023).

³Ver também (Dispostos [...], 1956, p. 2)

⁴Agradeço às pessoas que me ajudaram a ter acesso à obra de Almeida (2009), fundamental para esta pesquisa. Agradeço especialmente a Iuri de Souza Batista, Coordenador da Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), e a Regina Simão Paulino, Bibliotecária da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Espero que este artigo seja mais um passo em direção ao diálogo entre Universidade e Polícia Militar, num esforço conjunto para construção de uma sociedade mais justa.

⁵O termo "posseiro", em linhas gerais, indica aquele que tem posse através da ocupação de um trecho de terra, sem possuir título legal de propriedade. Apesar de sua condição ser juridicamente reconhecida, historicamente os pequenos posseiros foram alvo de recorrentes e violentas tentativas de expulsão, muitas vezes pela ação de grileiros. Já o termo "grileiro" originou-se da prática de colocar documentos falsos em contato com fezes de grilos, cujas substâncias provocam um tom amarelado nos papéis. Assim, esses papéis adquirem um aspecto enganoso, aparentando ser antigos e verdadeiros. Atualmente, o termo se refere aos fazendeiros que utilizam documentos falsos para se apossar de terras que não lhes pertencem, visando expandir suas propriedades (Cardoso *et al.*, 2023).

⁶"Cerrado tiroteio em Governador Valadares". *Correio da Manhã*. 28/11/1952, p.3. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_06/22182 Acesso em 08/05/2024. O *Jornal*, de 29/11/1952, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_05/18079 Acesso em 08/05/2024.

⁷Ver: O Jornal e Tribuna da Imprensa.

⁸Investigação realizada por José Leopoldino Júnior, remedida em 22/05/1957 ao chefe do

DOPS. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS, Pasta 3787. Imagem 297.

⁹Ver também: (Forçados [...], 1956, p. 4)

¹⁰*Nas terras do rio sem dono* (1980), obra literária de Carlos Olavo da Cunha Pereira, retrata os conflitos pela terra no Vale do Rio Doce, entre as décadas de 1940 e 1960. Carlos Olavo também foi diretor do jornal *O Combate* que, assim como o livro, se tornou importante referência para as mobilizações dos trabalhadores rurais na região. O Jornal foi empastelado como golpe de 1964.

¹¹Encontramos uma única matéria que aponta alguns dos nomes dos fazendeiros que atacaram o sindicato, sendo eles: Matozinhos Pinto, Jonas Lima Pascoal, José Altino Machado, Irani de Paula Vargas, Rafael de Castro, e Nacipe Liberato (Fuzilado [...], 1964, p. 12)

¹²Ver também: Arquivo Nacional ([2024]).

¹³Ver os casos descritos no relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg, 2017).